

**CONTRATO Nº10/2016**

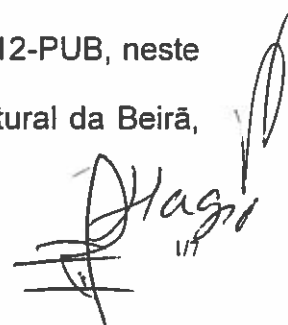
**EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA CÂMARA VELHA"**

---- Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, perante mim Ilda Maria Ramos Lourenço Marques, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, exercendo as funções de oficial público da Câmara Municipal de Marvão, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de três de novembro do ano dois mil e catorze, compareceram: -----

---- Como primeiro outorgante o Município de Marvão, pessoa coletiva número 501170162, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel Martins Frutuoso, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Concelho, Largo de Santa Maria, em Marvão, no uso da competência que lhe confere a alínea a) do número um e a alínea f) do número dois, do artigo trigésimo quinto da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

E -----

--- Como segundo outorgante, a empresa Jaime Maria Costa Magro-Construção de Edifícios, Unipessoal, Lda, com sede em Ranginha, Caixa postal n.º 25, 7330-219 Santo António das Areias, pessoa coletiva número 509774954, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ílhavo com o capital social de dois mil e quinhentos euros, titular do Alvará de Construção número 66712-PUB, neste ato legalmente representada por Jaime Maria Costa Magro, casado, natural da Beirã,



117

concelho de Marvão, contribuinte fiscal número 107508795, titular do Cartão de Cidadão número 06525104 válido até 8 de maio de 2021, residente em Ranginha, Caixa postal n.º 25, 7330-219 Santo António das Areias, na qualidade de sócio gerente da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sítio da Internet [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt) efetuada no dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezasseis documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

---- Reconheço a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal, bem como e com o mesmo fundamento a qualidade que se arroga e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato. -----

---- A identidade do segundo outorgante verifiquei-a pela apresentação dos documentos atrás referidos. -----

---- E pelos outorgantes foi dito que nos termos do seguinte clausulado celebram entre si o presente contrato de empreitada: -----

### **Cláusula Primeira**

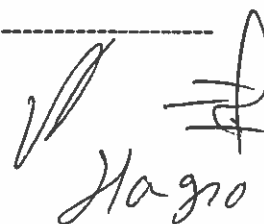
#### **Objeto**

---- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo segundo outorgante ao primeiro outorgante, da empreitada de "REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA CÂMARA VELHA". -----

### **Cláusula Segunda**

#### **Prazo de execução**

---- A empreitada objeto do presente contrato deverá ser integralmente executada no prazo de 60 dias de calendário iniciados a contar da data da assinatura do auto de consignação da obra e de termo após o decurso do aludido prazo. -----



### **Cláusula Terceira**

#### **Preço e condições de pagamento**

--- 1 – O encargo total do presente contrato é de 25.546 € (Vinte e Cinco mil quinhentos e quarenta seis euros), sendo 24.100 € (Vinte e Quatro Mil e Cem euros) referentes ao valor da empreitada e 1.446 € (Mil quatrocentos quarenta seis euros) relativos ao valor do I.V.A.....

--- 2 – O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante mediante a apresentação de Autos de Medição e respectivas facturas, com observância do disposto no artigo 387º e seguintes do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro. ....

### **Cláusula Quarta**

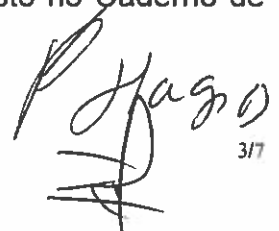
#### **Dotação Orçamental**

--- O encargo resultante do presente contrato, cujo n.º de compromisso é 12565 tem cabimento no Orçamento Municipal aprovado pela Assembleia Municipal e a classificação orçamental, por onde será satisfeito é a seguinte: Classificação Orgânica: Capitulo zero dois, Classificação Económica: zero sete; zero um; zero dois; zero três. -- Código do Plano Plurianual de Investimentos: zero cinco; zero zero um; dois mil e dezasseis barra vinte e nove. A dotação global inscrita no orçamento e o saldo disponível para o ano de dois mil e dezasseis é de 695.386,46 € (seiscentos e noventa cinco mil trezentos e oitenta seis euros e quarenta seis cêntimos. ....

### **Cláusula Quinta**

#### **Caução**

--- 1 – Não é exigida caução, por o valor do contrato se confinar nos limites do artigo 88º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e conforme previsto no Caderno de

  
3/7

Encargos.-----

--- 2 – Em cada um dos pagamentos serão retidos 10% do seu valor, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, para efeitos de garantia.-----

### **Cláusula Sexta**

#### **Prazo de Garantia da obra**

--- Conforme o previsto na clausula 38.º do caderno de encargos o prazo de garantia da obra varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos, e inicia-se a contar da data da assinatura do auto de receção provisória:-----

a) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; --

b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;-----

c) Dois anos para os defeitos que incidem sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.-----

### **Cláusula Sétima**

#### **Documentos integrantes**

--- Na execução dos trabalhos que constituem objecto deste contrato e em todos os atos que lhe digam respeito, o adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto na sua Proposta, Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Lista Contratual de Preços Unitários que para todos os efeitos, fazem parte integrante do presente contrato.-----

### **Cláusula Oitava**

#### **Revisão de preços**



---- 1 – A revisão dos preços contratuais será efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, segundo a fórmula tipo F 16 – Conservação de Estradas, de acordo com o Despacho Nº 1592/2004, II Série, de 23 de Janeiro. -----

---- 2 – O pagamento das revisões de preços deverá ser efectuado no prazo máximo de 44 dias, nos termos do art. 17º do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, contados, consoante dos casos: -----

---- a) Das datas dos autos de medição ou das apresentações dos mapas de quantidades de trabalhos previstos nos artigos nºs 387º a 391º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro-----

#### **Cláusula Nona**

##### **Foro competente**

---- Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.-----

#### **Cláusula Décima**

##### **Legislação aplicável**

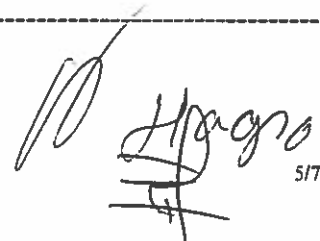
A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e na restante legislação aplicável. -----

#### **Cláusula Décima Primeira**

##### **Disposições finais**

---- 1 – A empreitada relativa ao presente contrato foi autorizada por despacho do Sr. Vice-Presidente datado de 21 de julho de 2016. -----

---- 2 – A empreitada objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 10 de agosto de 2016.-----



Handwritten signature and stamp, possibly indicating approval or completion. The stamp includes the number 517.

--- 3 – A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 10 de agosto de 2016. -----

### Cláusula Décima Segunda

#### Documentos anexos

--- Arquivam-se os seguintes documentos:-----

--- a) Identificação dos representantes do segundo outorgante; -----

--- b) Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial de Ílhavo -----

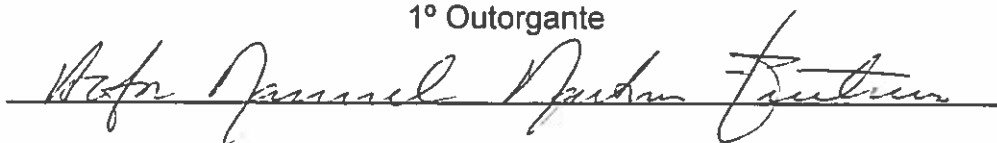
--- c) Alvará de Construção; -----

--- d) Certidão de não dívida do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;-----

--- e) Certidão do Serviço de Finanças de Marvão; -----

--- f) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro (registo criminal individual, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, o registo criminal dos titulares dos órgãos sociais da administração, direcção ou gerência das mesmas).-----

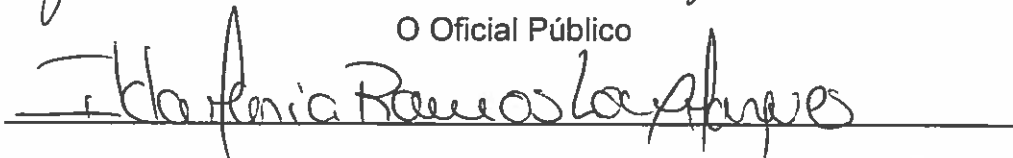
1º Outorgante



2º Outorgante



O Oficial Público



**Informação de cabimento:**

Município de Marvão, de 23 de agosto de 2016

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

➤ Orçamento Municipal 100%

Orçamento para o ano de 2016

Classificação Orgânica/Económica: 02 07010203 Reparação e Beneficiação

1 – Dotação inicial -----	183.800 €
2 – Reforços/anulações-----	511.585,46 €
3 – Congelamentos/descongelamentos -----	€
4 = 1+2-3 – Dotação corrigida -----	695.386,46 €
5 – Compromissos assumidos-----	205.057,64 €
6 = 4-5 – Dotação disponível -----	490.327,82 €
7 – Compromisso relativo à despesa em análise -----	25.546 €
8 = 6-7 – Saldo residual -----	464.781,82 €

O Chefe de Divisão,



Stagno